



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000238  
*[Handwritten signature]*

Parecer DCI/MB/SE Nº 277/2023

Boquim, 18 de Maio de 2023.

Aprecia-se, nesta oportunidade, os autos da Dispensa nº 004/2023, encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Boquim/SE, através da Comunicação Interna nº 222/2023, referente ao procedimento a ser realizado de dispensa de licitação, visando a Contratação da empresa **MARAZUL EMPREENDIMENTOS LTDA**, cujo objeto é a reforma e adequação da sala do empreendedor do departamento de indústria e comércio, solicitado através da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente, deste município de Boquim.

### **I – Das Considerações Iniciais**

Registre-se que esta análise está fundamentada no inciso VI do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, advertindo que ficará sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Boquim/SE receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à contratação direta, conforme situação análoga prevista no artigo 6.º, inciso XVI da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Acrescente-se que também ficará sob a responsabilidade da citada Comissão a habilitação ou não da empresa a ser contratada.

Impende asseverar que não faz parte das atribuições do Controle Interno a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato de gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo, já que são de responsabilidade dos administradores públicos. Ao Departamento Municipal de Controle Interno incumbe à análise dos aspectos técnicos.

### **II – Da Dotação Orçamentária**

*[Handwritten signature]*  
Mariana S. M. M. C.  
Controladora Municipal

000239  
*[Handwritten signature]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

O Departamento Municipal de Controle Interno ratifica a dotação orçamentária informada acostada aos autos às fls.000270 a 000271.

No mais, recomendo que a Secretaria solicitante verifique os dispositivos constitucionais e legais que tratam do comprometimento do saldo orçamentário da dotação especificada em função do cronograma de execução para o exercício financeiro atual, com base nas legislações abaixo transcritas:

**Constituição Federal de 1988:**

Art. 167. São vedados:

[...]

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

**Lei Federal nº 4.320/1964:**

Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

**Lei Complementar nº 101/2000:**

Art. 16 - [...]

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

[...]

### III – Da Publicação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, aloca como um dos princípios basilares da Administração Pública a PUBLICIDADE. Tal referência aponta para a necessidade de que os atos administrativos sejam expostos, residindo na premissa dos agentes públicos não praticarem seu *mister* para satisfação pessoal, mas sim tão somente do interesse público. Nesse sentido, os ajustes efetivados pela Administração,

*[Handwritten signature]*  
Vanessa Silva Marcondes  
Controladora Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000290

fundamentados diretamente pela Lei nº 8.666/93, prevê:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da **publicidade**, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Sobre a publicação das compras efetuadas, deve-se ainda observar o que dispõe o artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93, a seguir transcrito:

Art. 16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

Atendendo as disposições da Legislação vigente informada, sem prejuízo de outras que tragam maior publicidade dos atos administrativos, recomendamos a publicação do extrato do procedimento nos mais diversos meios possíveis de divulgação para fins de validade do ato, sem prejuízo do encaminhamento das informações ao Sistema de Gestão do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – SAGRES.

#### **IV – Da Base legal e recomendações**

Vê-se que a sustentação da contratação direta via dispensa de licitação encontra respaldo no art. 24, I, da LLCA, abaixo transcrito:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

000201



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Com base no dispositivo legal frisamos que a contratação deverá atender, em especial, ao requisito do supracitado artigo, bem como a habilitação prevista nos art. 27 ao 33 da Lei nº 8.666/93.

Frise-se que a Secretaria solicitante realize a contratação mediante a apresentação de justificativa em que demonstre que a contratada é detentora da oferta mais vantajosa e que comprove o preço a ser dispendido com a contratação em tela, sem prejuízo da avaliação prévia do inciso X do art. 24, conforme preceitua o art. 26 da LLCA, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

[...]

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço. (grifei)

Ademais que a Secretaria solicitante deverá apenas prosseguir com o feito após a verificação e comprovação nos autos de saldo suficiente que suporte toda a despesa em consonância com os dispositivos transcritos no item "dotação

Adriana Silva Marinho  
Controladora Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000292  
*[Handwritten signature]*

**orçamentária” e complementarmente os art. 7º e 14 da Lei nº 8.666/93 a seguir citados:**

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

[...]

§ 2º **As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:**

[...]

III - **houver previsão de recursos orçamentários** que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

Art. 14. **Nenhuma compra será feita** sem a adequada caracterização de seu objeto e **indicação dos recursos orçamentários** para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa. (grifei)

## **V – Do Trâmite do Procedimento Licitatório**

Consta que no dia 17 de Maio de 2023 a Comissão Permanente de Licitação, encaminhou ao Departamento de Controle Interno, através da comunicação interna nº 222/2023 para análise técnica a documentação:

- Projeto básico, fls 000001 a 000007;
- Cópia do Convênio nº 002/2022, que entre si celebram a Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca-SEAGRI e o Município de Boquim/SE, fls.000008 a 000014;
- Cópia do e-mail encaminhado a SEAGRI solicitando prorrogação de prazo ao convênio, fls.000015;
- Cópia do 1º termo aditivo visando a prorrogação de vigência de convênio Lei 8.666/93, IN nº 003/2013 –CGE. Recomendações, Possibilidade Condicionada, fls.000016 a 000022;

*[Handwritten signature]*  
Vanessa Silva Marcondes  
Controladora Municipal

000293  




PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

- Informações do empreendimento, fls.000023;
- Planilha orçamentária do empreendimento, fls.000024 a 000027;
- Cronograma físico-financeiro, fls.000028;
- Planilha de encargos sociais, fls.000029 a 000030;
- Justificativa da contratação, fls.000031 a 000032;
- Cópia da solicitação de autorização ao Prefeito para contratação nos moldes da Lei 8.666/93, fls.000033;
- Orçamento da empresa Primazia Empreendimentos, fls.000034 a 000105;
- Orçamento da empresa DCL Construções, fls.000106 a 000176;
- Orçamento da empresa Marazul, fls.000177 a 000244;
- Cópia da Art do responsável técnico Rafael Domingos Sandes CREA/SE 271827920-6, fls.0000245;
- Cópia do projeto da reforma, fls.000246;
- Parecer técnico do Engenheiro Civil Rafael Domingos Sandes CREA/SE 271827920-6, fls.000247;
- Declaração relativa a trabalho de menores, fls.000248;
- 23ª Alteração do Contratual da empresa Marazul, fls.000249 a 000251;
- Documentação pessoal dos sócios da empresa, fls.000252 a 000254;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral, fls.000255;
- Cartão de inscrição Municipal, fls.000256 a 000257;
- Certidão negativa de débitos tributários junto ao Município de São Cristovão, Certidão negativa de débitos ISSQN, Certidões Negativas De Débitos Perante As Fazendas Federal, Estadual, trabalhista e de regularidade de FGTS, certidões negativa de falência e concordata, fls.000257 a 000269;
- Demonstrativo da despesa orçamentária, fls.000270;
- Solicitação de despesa nº 8379/2023, fls.000271;
- Cópia da Portaria nº 001\2023 Da Comissão Permanente De Licitações, fls.000272 a 000273;
- Justificativa de Dispensa de Licitação elaborada pela CPL, fls.000274 a

  
Vaneza Silva  
Controladora Municipal

000276;

- Minuta do Contrato, fls.000277 a 000279;
- Comunicado interno nº 207\2023 encaminhando o processo a Procuradoria Geral do Município para análise e emissão de parecer jurídico, as fls.000280;
- Parecer Jurídico nº 403/2023, expedido em 16 de Maio de 2023, pela Procuradora Municipal Amanda Valeska Fontes dos Santos Alves, opinando pela pertinência jurídica do procedimento e minuta do termo contratual, fls.000281 a 000286;
- Comunicado interno nº 222\2023 encaminhando o processo a Controladoria Geral do Município para análise e emissão de parecer, as fls.000287.

Dos autos depreende-se que constam as peças necessárias para o procedimento com ressalva para:

- Manutenção das mesmas condições de habilitação jurídico-fiscal durante todo o procedimento, conforme art. 55, XIII da LLCA.
- Autenticar toda documentação em cópia (cartório ou “confere com original”);
- Revisão geral do processo para colher assinaturas que porventura esteja faltante;
- Atentar-se as orientações expressas no parecer jurídico;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral das empresas DCL e Primazia;
- Organização do procedimento em ordem cronológica.

## V – Da Fiscalização e Controle

Além de observadas as cláusulas editalíssimas que tratam das obrigações e

Verônica Silva  
Controladora Municipal

000295



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

fiscalização contratual, chamamos a atenção para a figura do **fiscal e gestor** contratual, estes responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e possível aplicação de sanções, conforme o teor do art. 67 da LLCA a seguir transcrito:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada** por um representante da Administração **especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As **decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores** em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. (grifei)

#### VI – Da Conclusão

Ante o exposto, opina o Departamento Municipal de Controle Interno **Favoravelmente**, ao prosseguimento do feito, tendo em vista as observações encimadas, devendo os autos de o processo ser encaminhado à Autoridade Superior para decidir sobre a contratação, ou não, da referida empresa.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

  
Vanessa Silva Macêdo  
Controladora Municipal  
Decreto 010/2021